

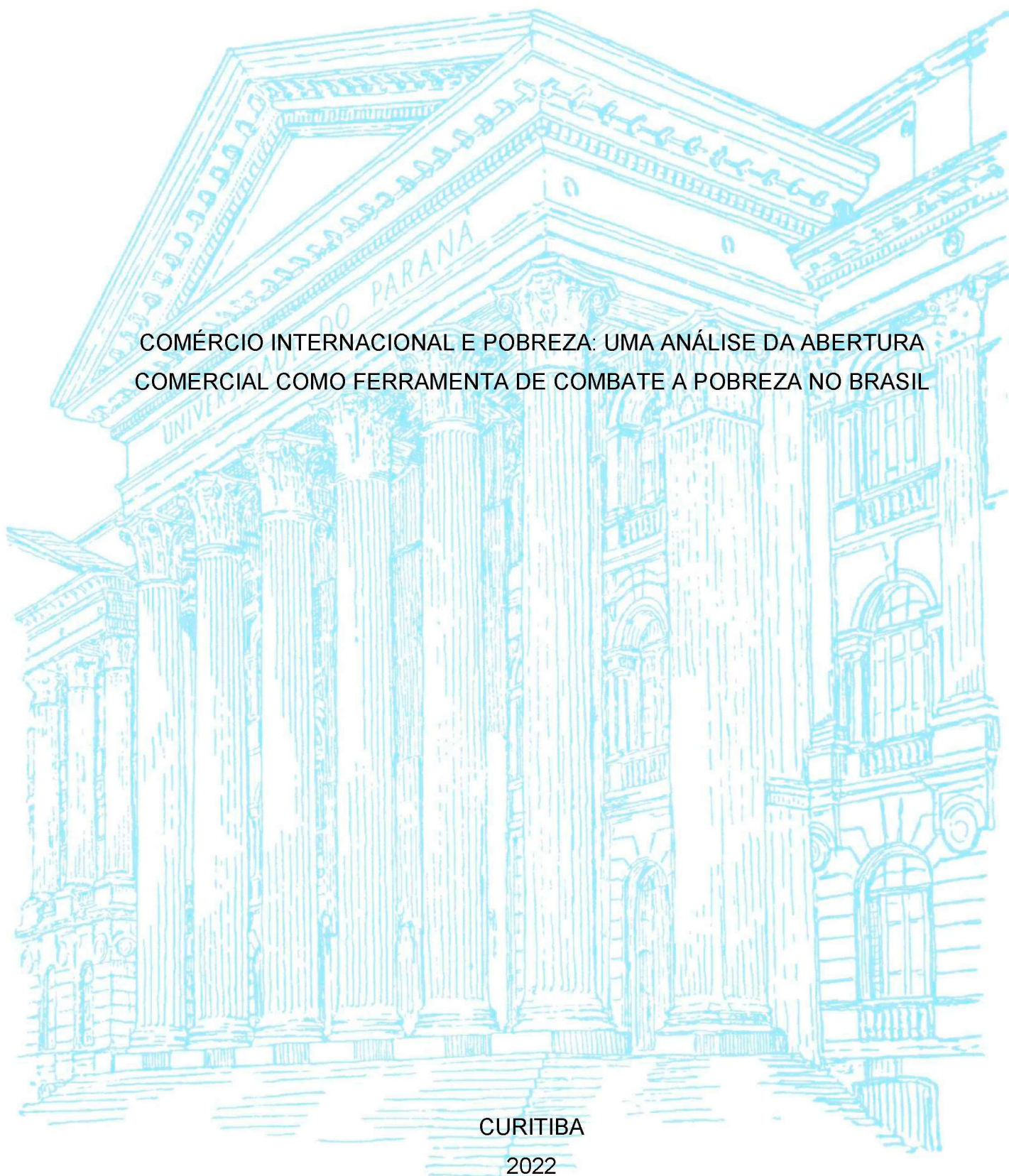
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO MARTINS LACHOWSKI

COMÉRCIO INTERNACIONAL E POBREZA: UMA ANÁLISE DA ABERTURA
COMERCIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE A POBREZA NO BRASIL

CURITIBA

2022



PEDRO MARTINS LACHOWSKI

COMÉRCIO INTERNACIONAL E POBREZA: UMA ANÁLISE DA ABERTURA
COMERCIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE A POBREZA NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Mauricio Vaz Lobo Bittencourt

CURITIBA

2022

RESUMO

A pobreza é um dos grandes problemas sociais do mundo atual, com milhões de pessoas ao redor do mundo vivendo com rendas muito baixas e muitas vezes sem acesso a serviços básicos, como condições de moradia, saneamento básico e educação. Este problema é muito evidente no Brasil, país no qual mais de 22 milhões de brasileiros vivem com renda de até um quarto de um salário mínimo, linha de pagamento do Benefício de Prestação Continuada para pessoas que vivem em extrema pobreza, e mais de 61 milhões vivem com renda de até meio salário mínimo, linha do Cadastro Único do Governo Federal para pessoas que vivem em condição de pobreza. Em contrapartida, o país possui uma quantidade elevada de tarifas e um baixo indicador de abertura comercial, um indicador importante para o desenvolvimento econômico de uma nação. Este artigo foi feito para entender se o desenvolvimento econômico obtido através da abertura comercial é benéfico aos pobres e se o Brasil pode usar a redução de tarifas e barreiras não-tarifárias como uma ferramenta de combate à pobreza. Esta análise foi feita através de dados dos dois fatores analisados, além de uma análise histórica do efeito da redução de tarifas que ocorreu no país na década de 1990.

Palavras-chave: Combate à pobreza. Abertura comercial. Desenvolvimento socioeconômico. Comércio internacional. Tarifas.

ABSTRACT

Poverty is one of the major social problems in the world today, with millions of people around the world living on very low incomes and often without access to basic services such as housing, sanitation and education. This problem is very evident in Brazil, a country in which more than 22 million Brazilians live with an income of up to a quarter of a minimum wage, a line of payment of the Benefício de Prestação Continuada for people living in extreme poverty, and more than 61 million live with an income of up to half a minimum wage, line of the Cadastro Único of the federal government for people living in poverty. On the other hand, the country has a high amount of tariffs and a low indicator of trade openness, an important indicator for the economic development of a nation. This article was made to understand whether the economic development obtained through trade liberalization is beneficial to the poor and whether Brazil can use the reduction of tariffs and non-tariff measures as a poverty alleviation tool. This analysis was made through data from the two factors, in addition to a historical analysis of the effect of the tariff reduction that occurred in the country in the 1990s.

Keywords: Poverty alleviation. Trade liberalization. Socio-economic development. International trade. Tariff.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A evolução da abertura comercial no Brasil de 1960 a 2021	24
Gráfico 2 – Regressão linear da pobreza em função da abertura comercial entre 2015 e 2019	27
Gráfico 3 – A evolução da abertura comercial e da pobreza no Brasil entre 1981 e 2019	29
Gráfico 4 – Regressão linear da pobreza em função da abertura comercial no Brasil entre 1981 e 2019	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Linhas de pobreza monetária com respectivos usos, valores nominais mensais per capita e quantidade de pessoas consideradas pobres - Brasil - 2020	22
Tabela 2 – Linhas de pobreza monetária com respectivos usos, valores nominais mensais per capita e quantidade de pessoas consideradas pobres - Brasil - 2020	22
Tabela 3 – Principais parceiros nas importações brasileiras e suas respectivas tarifas	24
Tabela 4 – Total de exportações em 2021 dos 10 principais parceiros comerciais do Brasil	25
Tabela 5 – Abertura Comercial e Pobreza	37
Tabela 6 – Abertura Comercial, Pobreza, PIB per Capita e Densidade Demográfica	42

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 – Regressão linear da pobreza em função da abertura comercial	26
Equação 2 – Regressão múltipla da pobreza em função da abertura comercial, do PIB per capita e da densidade demográfica	28
Equação 3 – Regressão linear da pobreza em função da abertura comercial no Brasil	31

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

H-O	- Heckscher-Ohlin
PIB	- Produto Interno Bruto
SIS	- Síntese de Indicadores Sociais
WITS	- World Integrated Trade Solution
IPA	- Índice de Preços ao Produtor Amplo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA ABERTURA COMERCIAL	14
2.1 O QUE DIZ A TEORIA ECONÔMICA	14
2.2 RESULTADOS DE ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE O TEMA.....	17
3 ABERTURA COMERCIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE A POBREZA NO BRASIL	21
3.1 A POBREZA NO BRASIL.....	21
3.2 A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL	23
3.3 RELAÇÃO ENTRE POBREZA E COMÉRCIO INTERNACIONAL	26
3.4 ABERTURA COMERCIAL E POBREZA NO BRASIL	28
4 CONCLUSÕES	33
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE 1 – TABELA BASE PARA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES	37
APÊNDICE 2 – TABELA BASE PARA REGRESSÃO MÚLTIPLA	42

1 INTRODUÇÃO

No estudo da Ciência Econômica é amplamente defendido que a abertura comercial gera diversos benefícios para as nações. Teorias como a da Vantagem Comparativa demonstram como ambos os países envolvidos nas transações econômicas tendem a ganhar com um maior nível de abertura, ou seja, com a redução de tarifas e demais barreiras comerciais. Apesar de a teoria econômica defender amplamente a abertura comercial, ainda vemos países com grau de abertura baixíssimos e a resistência a abertura comercial por uma parcela da população mundial.

A principal motivação de tal resistência é em relação aos efeitos da abertura comercial na parcela mais pobre da população e, conseqüentemente, de que forma tal política afetaria a desigualdade social. Uma das teorias econômicas de maior visibilidade em relação ao tema, o modelo de Heckscher-Ohlin, explica que em países desenvolvidos a desigualdade social tende a aumentar com a abertura comercial e em países subdesenvolvidos a desigualdade tende a diminuir, como mostram Harrison, McLaren e McMillan (2010), visto que o fator de produção que se desenvolveria e aumentaria de remuneração é o de mão de obra qualificada nos países desenvolvidos e de mão de obra não qualificada em países subdesenvolvidos. No entanto, dados referentes a abertura comercial não acompanham os resultados da teoria e aumentam o debate sobre o tema.

Como a abertura comercial sempre vem acompanhada de outras políticas macroeconômicas visando o crescimento econômico do país, os dados sobre abertura comercial apresentam uma grande dificuldade de serem estudados: é muito difícil dissociar os efeitos da abertura comercial das demais políticas macroeconômicas. Isso faz com que diferentes estudos sobre o tema cheguem a diferentes resultados. Dollar e Kraay (2001), por exemplo, chegaram à conclusão de que os ganhos de um aumento nas transações internacionais são refletidos para a população mais pobre, através de um estudo em que um aumento na renda per capita de um país teve um efeito proporcional na renda per capita dos 20% com menor renda naquele mesmo país. No entanto, Harrison, McLaren e McMillan (2010) trazem um apanhado de outros estudos em países em desenvolvimento que associam grandes reformas comerciais ao aumento da desigualdade no país. Tais diferenças são derivadas dos métodos nos

quais os estudos foram feitos, dos dados obtidos referentes a abertura comercial e também servem para o aumento do debate em relação ao tema.

Além disso, ao remover tarifas ou barreiras não tarifárias, o país passa por diversas mudanças em sua estrutura econômica, nas quais pode-se identificar ganhadores e perdedores por tais alterações. Como explica Winters (2002), a abertura comercial também expõe mais o país aos efeitos de choques internacionais, como alterações bruscas nos preços de commodities ou nas taxas de câmbio, o que pode ter um efeito negativo forte na população mais pobre, que é mais vulnerável. Desta forma, alguns estudos buscam entender se tais custos de adaptação a nova estrutura econômica gerada pela abertura comercial são desproporcionalmente atribuídos aos mais pobres. Bannister e Thugge (2001) mostram que dependendo da estrutura econômica do país os prejuízos da abertura comercial podem ser maiores para os mais pobres e, desta forma, tal política deve vir acompanhada de outras que busquem redistribuir os danos.

Bannister e Thugge (2001) também abordam 5 pontos em que a abertura comercial pode afetar a pobreza, são eles: (I) Mudança nos preços e na disponibilidade de produtos importados e exportados; (II) Preço dos fatores de produção, salários e emprego; (III) Receita do Governo e programas de assistência aos pobres; (IV) Investimento, Inovação e Crescimento; e (V) Vulnerabilidade para os choques econômicos externos. É importante analisar o efeito da abertura comercial nestes 5 aspectos para poder entender melhor se a população mais pobre será afetada desproporcionalmente com os custos de adaptação.

Em um país como o Brasil, que consta entre os 10 países de maior desigualdade social nas últimas estimativas do Banco Mundial, é importante buscar alternativas para melhorar a qualidade de vida dos mais pobres e melhorar a distribuição de renda no país. Dentro destas alternativas, é importante estudar os efeitos que cada política geraria na população mais pobre, por isso é muito importante fazer o estudo de como uma política de crescimento econômico, como a abertura comercial, afetaria esta classe social mais vulnerável. Deve-se analisar os efeitos no longo prazo para visar a resolução definitiva deste problema, mas também, as consequências de curto prazo, visando aliviar os custos da transição principalmente para esta população, caso ela seja afetada.

O capítulo dois deste artigo traz uma análise da teoria econômica e de estudos empíricos sobre o tema. Na terceira seção é feita uma contextualização de pobreza e

de abertura comercial no Brasil, assim como uma análise sobre a relação destes dois indicadores utilizando dados do Banco Mundial. A partir destas duas seções é feita uma conclusão para explicar o real efeito da abertura comercial na população pobre no Brasil.

2 OS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA ABERTURA COMERCIAL

Dentro da ciência econômica é amplamente aceito que uma maior integração econômica entre os países, através da redução de tarifas e barreiras não tarifárias gera ganhos para todos os países envolvidos nesta troca. No entanto, ainda é possível observar resistência ao livre comércio, presente nas diversas barreiras comerciais utilizadas ao redor do mundo.

A falta do entendimento dos efeitos da abertura comercial em populações financeiramente vulneráveis pode ser um dos motivos para tal resistência. Desta forma, neste capítulo será analisado como esta classe social é afetada por políticas de comércio internacional dentro da teoria econômica e dos estudos empíricos feitos sobre o tema.

2.1 O QUE DIZ A TEORIA ECONÔMICA

Para as informações referentes à teoria econômica foi utilizada a referência de Krugman (2012). A teoria econômica em relação ao comércio internacional partiu da análise da relação comercial entre dois países e com apenas o comércio de dois bens. Nesta análise, batizada de Teoria da Vantagem Comparativa, David Ricardo mostra que mesmo que um dos países tenha vantagem absoluta na produção de ambos os bens, os dois países seriam beneficiados por uma especialização em um dos produtos para cada nação e o posterior comércio entre eles. Isto se deve à vantagem comparativa que cada país tem em relação ao outro, visto que o fator trabalho necessário para produzir ambos os bens é o mesmo, assim, para produzir o bem "A" se deixa de produzir o bem "B" e vice-versa. Assim, cada país possui uma vantagem comparativa em relação ao outro, uma vez que cada um possui um custo menor na produção de um bem em termos do outro. A especialização de cada país no bem em que ele possui vantagem comparativa causa um aumento da produtividade total, gerando ganhos de comércio para todos os envolvidos, que ficam com uma quantidade maior de bens que teria caso não houvesse a especialização.

A Teoria da Vantagem Comparativa, mesmo desconsiderando inúmeros fatores como custos de transporte e a existência de mais bens e países envolvidos nas transações, é um marco importante para a defesa do livre comércio. Além de servir de base para a criação de teorias de comércio mais complexas, ela explica a

motivação por trás do comércio entre nações distantes economicamente, com uma delas com vantagens absolutas na produção de múltiplos bens.

Por apenas considerar o trabalho como fator de produção, as classes sociais são irrelevantes no modelo Ricardiano. No entanto, é possível tirar algumas conclusões, que apontam para a redução da desigualdade social dentro de cada região, devido a especialização em um único setor, e a redução dos preços, devido a uma maior oferta de bens. Assim, com o aumento da quantidade de bens disponíveis no mercado, menores preços e uma distribuição mais igualitária de renda, a população mais pobre é beneficiada pelo livre comércio dentro desta teoria econômica.

Para trazer esta projeção mais próxima da realidade, Krugman (2012) propõe um modelo considerando a vantagem comparativa com múltiplos bens e com custos de transporte. Neste modelo, alguns bens não são comercializados entre os países, visto que o custo de transporte aumenta muito o preço de alguns produtos que o país não tem vantagem comparativa, fazendo com que fique mais barato produzir localmente. Porém, alguns bens ainda apresentam benefícios de comércio, ficando mais baratos ao serem comprados do que ao serem produzidos localmente. Neste modelo, conseguimos observar que ainda há um ganho de quantidade de produtos e queda de preços em relação a produção sem o comércio. Além disso, as produções locais mais ineficientes e, conseqüentemente, de menor salário, são substituídas por produções nas quais o país tem vantagem comparativa. Desta forma, a população mais pobre é beneficiada, com melhores salários ao migrar de setor e com a maior disponibilidade de bens a um menor preço.

A próxima evolução no estudo do comércio internacional foi elaborada pelos economistas Eli Heckscher e Bertil Ohlin, que formularam o modelo H-O. Eles viram que apesar do fator Trabalho, único fator de produção considerado no modelo Ricardiano, ser bastante relevante no comércio internacional, outros fatores de produção que também devem ser levados em conta, dos quais tem-se os recursos naturais do país, comumente citados dentro da teoria como o fator Terra. Com a inclusão do fator terra, pode-se observar que alguns bens necessitam de mais espaço para serem produzidos, porém uma quantidade baixa de mão de obra por terra, como é o caso de alimentos e demais plantações agrícolas, enquanto outros demandam uma menor quantidade de terra, mas uma grande quantidade de trabalhadores.

Desta forma, as transações entre os países também dependem de qual fator é mais intensamente disponível nos países envolvidos. Se o país possui uma

disponibilidade maior de terras do que de trabalho, ele irá se especializar em produtos que utilizam mais intensivamente a terra, assim como países mais dotados em mão de obra se especializarão em bens que utilizam o trabalho mais intensivamente que a terra. Bens intensivos em trabalho tendem a ter a mão de obra mais especializada, com maiores salários, enquanto bens que usam a terra mais intensivamente tendem a ter mão de obra menos especializada, menores salários, porém um maior custo em taxas de uso da terra. Como mostra o Teorema de Stolper-Samuelson, que incrementa informações no modelo H-O, o aumento na demanda de um bem e seu consequente aumento de preços, faz com que o salário ou a taxa de retorno da terra aumente para aquele bem e caia para outro bem. Assim, a abertura comercial no modelo H-O faz com que países mais abundantes no fator trabalho exportem bens intensivos nesse fator e importem bens mais intensivos em terra. Harrison, McLaren e McMillan (2010) mostram que o efeito desse movimento em países intensivos em trabalho é de aumento da demanda por mão de obra habilidosa, que provém das classes média e alta, aumentando seus salários e gerando um descolamento ainda maior entre as classes sociais nestas nações. Já nos países menos desenvolvidos, mais intensivos em terras e, conseqüentemente, de mão de obra menos complexa, os autores mostram que o aumento é pela demanda de mão de obra não especializada, que provém da classe baixa, gerando um aumento no seu salário e, conseqüentemente, reduzindo a distância entre as classes sociais, sendo benéfico às populações mais pobres.

Outro modelo importante na teoria econômica é o Modelo Geral de Comércio, que combina informações do modelo H-O e do modelo Ricardiano, trazendo novas análises. Este modelo diz que as diferenças produtivas entre os países podem surgir de fatores como trabalho, habilidades do trabalho, capital físico, terra e tecnologia, e que estas diferenças produtivas geram os ganhos de comércio. Uma contribuição importante deste modelo é a inclusão das tarifas e subsídios nos estudos do comércio internacional. Ele mostra que a inclusão de tarifas e subsídios gera ganhos para o mercado nacional, porém ao custo de perdas para os demais países, explicando o motivo da existência de diversas tarifas ao redor do mundo.

2.2 RESULTADOS DE ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE O TEMA

Para entender se a teoria econômica apresentava corretamente os efeitos do comércio internacional na população pobre, diversos economistas desenvolveram estudos referentes ao tema. Os estudos foram feitos em diferentes períodos de tempo e nações ao redor do mundo e, com isso, chegaram a resultados distintos.

O principal motivo das variações nos resultados é a dificuldade de isolar os efeitos da abertura comercial de outras políticas macroeconômicas, visto que a abertura comercial sempre é acompanhada de algumas outras políticas. Esta dificuldade gera alguns problemas para estes estudos: cada estudo utiliza de variáveis diferentes para isolar os efeitos do comércio internacional; os estudos chegam a conclusões variadas dependendo da região, o que é em partes causado pela estrutura econômica de cada país estudado, mas também tem relação com as diferentes políticas adotadas em conjunto com a abertura comercial, dificultando a obtenção de um padrão de comportamento que crie um consenso dos efeitos de tal política.

Apesar das diversas divergências encontradas nos estudos internacionais sobre o tema, tem-se alguns pontos de concordância entre os autores. Um deles é o fato de que a abertura comercial é benéfica para o crescimento econômico da nação no longo prazo. Tal fato também é apresentado pelas teorias econômicas e abriu caminho para um estudo feito por Dollar e Kraay (2001) sobre os efeitos do crescimento econômico de um país sobre os 20% mais pobres daquele país. Os resultados obtidos pelo estudo mostraram que a proporção de crescimento na renda per capita dos 20% mais pobres de um país possui uma relação muito próxima de um para um com o crescimento do PIB per capita do mesmo país, com a hipótese nula de que a relação é de um para um não podendo ser rejeitada por testes estatísticos. Desta forma, eles demonstraram que o crescimento econômico de um país é proporcionalmente benéfico para os 20% mais pobres daquele país. Eles buscaram, dentro deste estudo, também entender se o fato de o crescimento ser impulsionado por diferentes políticas econômicas afetaria esta proporção e o resultado, tanto para a abertura comercial como para as demais políticas macroeconômicas estudadas, concluindo que a proporção não se altera. Desta forma, os economistas afirmam, como diz o próprio título do artigo publicado por eles, que o crescimento é bom para os pobres, conseqüentemente, afirmando que a abertura comercial é benéfica para esta população.

Apesar de Dollar e Kraay (2001) terem mostrado que no longo prazo a abertura comercial é benéfica para os mais pobres, muitos estudos buscam entender os efeitos no curto prazo desta política, uma vez que toda alteração de políticas econômicas gera custos de transição e que a população mais pobre é mais vulnerável a enfrentar sérios problemas caso estes custos os afetem diretamente. Entre tais estudos, se destaca o estudo feito por Bannister e Thugge (2001), que busca entender de que maneira a abertura comercial pode afetar os mais pobres. Os autores separam cinco diferentes fatores econômicos que geram grande impacto nesta população e que são intensamente afetados pela abertura comercial.

O primeiro fator levantado por estes autores é o da mudança de preços e de disponibilidade dos bens, que, segundo os mesmos, é algo que beneficia os pobres, assim como o restante da população. A abertura comercial permite o acesso a preços mais baixos no mercado nacional, tanto de produtos importados, visto a retirada de tarifas que incrementavam este preço, quanto de produtos nacionais que substituem esse produto, visto o preço mais baixo dos concorrentes internacionais, permitindo que o poder de compra da população aumente. Entre tais produtos, vale destacar produtos essenciais, como alimentos, cuja redução do preço proporciona uma redução de custo para as famílias mais pobres e um conseqüente aumento na qualidade de vida delas.

O segundo fator levantado pelos autores é o preço dos fatores de produção, a renda e o emprego. Neste ponto, os autores destacam que os efeitos da abertura comercial no país dependem de algumas variáveis econômicas, como: a elasticidade da oferta de trabalho nos mercados em que os pobres atuam, a flexibilidade de transição entre indústrias e algumas leis trabalhistas, como a existência de um salário mínimo. Setores exportadores tendem a ter um aumento em emprego ou em salário, dependendo da estrutura econômica local, e o oposto é o esperado em setores em que o país passa a importar. Vale destacar pequenos mercados que podem desaparecer localmente com a introdução de um maior número de importados e isto pode ter uma conseqüência gravíssima nos trabalhadores daquele setor, especialmente se fizerem parte da população mais pobre que é mais vulnerável a tais mudanças.

O terceiro fator levantado por Bannister e Thugge (2001) é a receita do governo e os programas de apoio aos mais pobres. Um dos principais temores dos contrários a abertura é de que a redução de tarifas reduza a receita do governo e,

consequentemente, a verba disponível para programas sociais. No entanto, os autores indicam que isso depende do nível atual da tarifa e que a redução dela pode incrementar a receita do governo caso a tarifa esteja em um nível inibitório, no qual a importação é extremamente baixa e gera pouca receita para o governo. Com a redução desta tarifa, o crescimento em importações gera uma maior receita para o governo do que estava gerando anteriormente. Caso a redução da tarifa cause, de fato, uma redução na receita do governo, o governo pode também buscar uma compensação em outras taxas e impostos. Neste caso, é importante que esta compensação não venha de bens de consumo básico, visto que tal política teria um efeito negativo na população pobre.

O quarto ponto levantado por eles é o de investimento, inovação e crescimento. É um consenso econômico que a abertura comercial e um maior nível de interações comerciais entre as nações gera maiores investimentos, contribui para a inovação e, consequentemente, gera crescimento econômico no país. Para entender o efeito disto na população mais pobre, os autores citam o artigo de Dollar e Kraay (2001), mencionado anteriormente, para indicar que este crescimento é benéfico para a população pobre.

Por fim, os autores citam a vulnerabilidade a choques externos negativos. Economias abertas tendem a ter maior vulnerabilidade a estes choques, uma vez que diversos setores destes países dependem da demanda ou da oferta externa de produtos. Além disso, os efeitos de choques repentinos têm maiores efeitos nos mais pobres, visto que eles geralmente utilizam toda a sua renda para subsistência, não tendo reservas para compensar possíveis perdas de receita ou aumento de preços.

Desta forma, pode-se verificar que a abertura comercial pode afetar os pobres positivamente em alguns pontos e negativamente em outros, dependendo da estrutura econômica do país. Um exemplo disto é o estudo de Topalova (2007) na Índia, no qual a autora mostra como as características econômicas do país afetam diretamente os efeitos da abertura comercial nos mais pobres. A baixa mobilidade entre as regiões da Índia, fez com que o aumento de produtividade induzido pelo maior comércio internacional não fosse suficiente para conter alguns efeitos negativos para a população mais pobre do país.

No Brasil, podemos observar, a partir do estudo de Gauterio (2015), que as vantagens comparativas brasileiras provêm do setor agropecuário e de commodities. Desta forma, durante a liberalização comercial brasileira entre os anos de 1987 a 1994

e de 2000 a 2006, áreas urbanas brasileiras foram afetadas desproporcionalmente e tiveram uma intensificação na pobreza, enquanto a região rural, na qual se concentram as atividades exportadoras brasileiras, tiveram uma redução na pobreza.

Moreira e Correa (1996) estudaram a abertura comercial no Brasil entre os anos de 1990 e 1994, mas com menos enfoque social e mais nos resultados macroeconômicos, principalmente na parte industrial. No entanto, utilizando dados deste artigo e vinculando à outras literaturas sobre o tema, podemos tirar algumas conclusões sobre os efeitos na população de baixa renda. Os autores indicaram um aumento no investimento externo no país, a queda dos preços dos produtos industriais e um aumento no salário dos trabalhadores, principalmente a partir do ano de 1992. Estes três aspectos são três dos cinco fatores abordados por Bannister e Thugge (2001) em que a abertura comercial afeta a população pobre em um país. A análise feita a partir dos dados trazidos por Moreira e Correa (1996) é rasa, visto que eles não têm como objetivo a abordagem social, portanto não avaliam os efeitos em classes sociais específicas, no entanto, estes três dados, mesmo que de forma geral para o país, demonstram-se indicadores positivos para o combate à pobreza.

Outro estudo que levanta informações sobre a abertura comercial brasileira é o de Dix-Carneiro (2017). O autor estuda dados regionais em relação a abertura, avaliando como cada região foi afetada com a redução de tarifas e como os salários de empregos formais foram afetados nas respectivas regiões. Os resultados obtidos no estudo apontam que nos locais em que as tarifas tiveram suas maiores reduções, os salários também tiveram os maiores impactos negativos. O autor também apresenta que as regiões com maior redução nas tarifas também tiveram maiores reduções nos índices de preços, no entanto, as reduções reais nos salários ainda são relevantes. Ao olhar para o emprego informal, o autor mostra que os locais mais afetados pela abertura tiveram um aumento significativo neste indicador, superior aos das localidades menos afetadas pela abertura comercial. Os dados apresentados pelo autor, apesar de diferentes de outros estudos por conta da abordagem regionalizada, trazem mais evidências à existência de custos de adaptação à abertura comercial.

3 ABERTURA COMERCIAL COMO FERRAMENTA DE COMBATE A POBREZA NO BRASIL

Apesar do Brasil figurar entre os 15 países com maiores níveis de renda do mundo – 9º entre os países segundo dados do Banco Mundial em 2019 e 12º na mesma base para o ano de 2020 – ainda existem grandes oportunidades de melhoria em nossa economia. Quando olhamos para o PIB per capita na mesma base de dados, o Brasil fica à beira de deixar as 100 maiores economias do mundo, figurando em 94º lugar em 2019 e 99º lugar em 2020. Quando olhamos para indicadores de comércio internacional e de pobreza, as oportunidades de crescimento ficam ainda mais evidentes.

3.1 A POBREZA NO BRASIL

Pobreza pode ser definida como a falta de condições básicas para garantir a sobrevivência, mantendo padrões de básicos de qualidade de vida e dignidade. Como os requisitos para atingir essas condições básicas dependem do poder financeiro da pessoa, a melhor forma de se medir a pobreza em um país é de acordo com faixas de renda da população. A Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) de 2021, que analisa os dados de 2020, apresenta três limites diferentes para extrema pobreza e cinco para a pobreza, como mostra a Tabela 1. Dentre estes cinco limites, será trabalhado neste artigo a definição de limite do Cadastro Único do Governo Federal, de meio salário mínimo, visto que esta é uma definição mais personalizada de acordo com o poder de compra do brasileiro.

Considerando a informação trazida pela SIS 2021 de que, aproximadamente, 61,45 milhões de brasileiros tiveram em 2020 uma renda de no máximo meio salário mínimo mensal e a projeção da população brasileira do IBGE de 211,76 milhões de habitantes no mesmo ano, tem-se 29% da população brasileira vivendo abaixo da linha de pobreza. O ano de 2020 foi atípico, com grande efeito da pandemia do COVID-19, restrições de circulação, a renda dos brasileiros sendo muito afetada, com uma queda de 22,7% do PIB do país segundo dados do Banco Mundial, sendo a população de classe média e baixa a mais afetada. No entanto, quando olhamos para o mesmo indicador na SIS 2020, que analisa os dados de 2019, tínhamos 61,06

milhões de brasileiros vivendo com até meio salário mínimo e uma projeção de 210,15 milhões de habitantes no ano, atingindo os mesmos 29%.

Tabela 1 – Linhas de pobreza monetária com respectivos usos, valores nominais mensais per capita e quantidade de pessoas consideradas pobres - Brasil - 2020

Linha de pobreza	Referência/uso	Valor nominal mensal per capita em 2020 (R\$)	Pobres	
			Total (1000 pessoas)	Proporção (%)
Extrema pobreza				
Bolsa Família (EP)	Linha para concessão do benefício básico do programa Bolsa Família	89	7 353	3,5
US\$ 1,90 PPC 2011/dia (2)	Linha do Banco Mundial para países de renda baixa	155	12 046	5,7
½ salário mínimo	Linha de concessão do BPC	261	22 064	10,5
Pobreza				
Bolsa Família	Linha de elegibilidade ao programa Bolsa Família	178	13 630	6,5
US\$ 3,20 PPC 2011/dia (2)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-baixa	262	22 465	10,6
50% da mediana	Medida de pobreza relativa utilizada pela OCDE	418	46 828	22,2
US\$ 5,50 PPC 2011/dia (2)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-alta	450	50 953	24,1
½ salário mínimo	Cadastro Único do Governo Federal	523	61 452	29,1

Fonte: Retirado da Síntese de Indicadores Sociais – 2021

Tabela 2 – Linhas de pobreza monetária com respectivos usos, valores nominais mensais per capita e quantidade de pessoas consideradas pobres - Brasil - 2020

Linha de pobreza	Referência /uso	Valor (R\$)	Pobres	
			Total (1 000 pessoas)	Proporção (%)
Pobreza extrema				
89 (R\$)	Linha básica do Bolsa Família	89	8 506	4,1
US\$ 1,90 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda baixa	151	13 689	6,5
Salário mínimo (1/4)	Linha de concessão do BPC/LOAS	250	24 688	11,8
Pobreza				
178 (R\$)	Linha de elegibilidade ao Bolsa Família	178	16 256	7,8
US\$ 3,20 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-baixa	253	25 455	12,2
50% da mediana	Medida de pobreza relativa utilizada pela OCDE	431	51 053	24,4
US\$ 5,50 PPC (1)	Linha do Banco Mundial para países de renda média-alta	436	51 742	24,7
Salário mínimo (1/2)	Cadastro Único do Governo Federal	499	61 065	29,2

Fonte: Retirado da Síntese de Indicadores Sociais – 2020

Além dos indicadores de pobreza monetária, podemos selecionar dados, também da SIS, mostrando que ainda temos uma quantidade relevante de brasileiros privados de serviços essenciais para uma boa qualidade de vida. A SIS de 2019 mostra que, no ano de 2018, 27,6% dos brasileiros não tinham acesso à educação, 3,1% à proteção social, 12,8% às condições de moradia, 37,2% ao saneamento básico, 21,3% à internet e 10,6% a pelo menos três destes serviços.

Tendo em vista todas estas informações, fica evidente que a pobreza é um grande problema do Brasil e que é necessário encontrar medidas de combater este mal social.

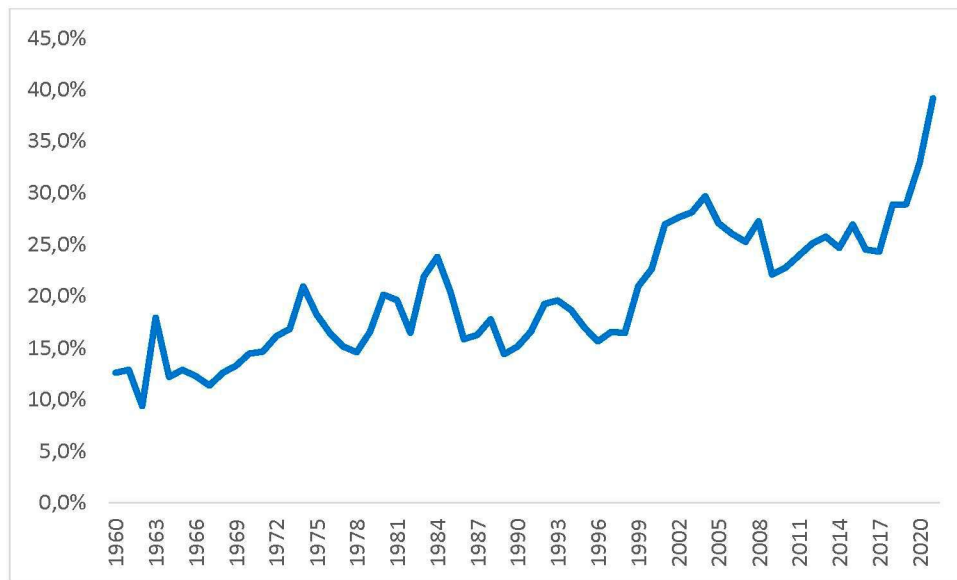
3.2 A ABERTURA COMERCIAL NO BRASIL

A teoria econômica defende que o desenvolvimento econômico é atingido através de transações internacionais e da integração das economias mundiais. No entanto, ainda vemos a resistência de diversos países a abrirem suas economias e removerem barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio internacional.

Um dos principais indicadores de abertura comercial é o percentual que as transações internacionais – importações e exportações – representam do PIB. Na base de dados do Banco Mundial, tem-se acesso a este indicador para diversos países ao redor do mundo, incluindo o Brasil, que possui um grande destaque negativo neste indicador. Em 2015, entre os 187 países que divulgaram essa informação, o Brasil figurou como o 183º neste indicador, ou seja, o 5º país com menor nível de abertura. Entre 2015 e 2019, o país ficou entre os 5 piores neste indicador, com um percentual de abertura comercial que variou entre 24,3% e 28,9% neste período, apenas nos anos de 2020 e 2021 obtivemos uma melhora significativa neste indicador, ficando com 32,9% e 39,2% nos respectivos anos e ficando fora da lista dos 10 países de menor abertura comercial.

Além de apresentar uma abertura comercial baixa, vemos no Gráfico 1 que o Brasil também teve lenta evolução neste quesito, evoluindo apenas 8,7 pontos percentuais entre os anos de 1980 e 2019, mesmo com as políticas de abertura comercial adotadas pelo presidente Fernando Collor de Mello durante seu mandato (1990 a 1992).

Gráfico 1 – A evolução da abertura comercial no Brasil de 1960 a 2021



Fonte: Autoria Própria com dados do Banco Mundial

Através de dados extraídos da base de dados do World Integrated Trade Solution (WITS) com dados do ano de 2018, podemos observar que o Brasil possui tarifas com alíquotas variando entre 0,67% e 12% em 193 das 200 categorias de produtos listadas, ou seja, 96,5% delas. Entre os 10 principais parceiros comerciais nas importações brasileiras em 2021, apenas 1 dos países, a Argentina, é isento das tarifas, por conta do acordo comercial do Mercosul, sendo que os outros 9 possuem suas negociações seguindo as alíquotas tarifárias citadas anteriormente.

Tabela 3 – Principais parceiros nas importações brasileiras e suas respectivas tarifas

País	Participação nas importações brasileiras (2021)	Categorias tarifadas	Quantidade de tarifas	Categorias comercializadas	Quantidade de tarifas (apenas categorias comercializadas)	Tarifa Média (apenas categorias comercializadas)
China	21,72%	193	288	4	30	8,00%
Estados Unidos	17,95%	193	288	20	51	6,40%
Argentina	5,45%	0	0	18	0	0,00%
Alemanha	5,17%	193	288	6	6	3,00%
Índia ¹	3,07%	193	288			
Rússia	2,60%	193	288	1	1	10,00%
Itália	2,50%	193	288	5	5	8,80%
Japão	2,35%	193	288	2	9	10,00%
Coreia do Sul ¹	2,33%	193	288			
França	2,19%	193	288	4	5	2,75%

Fonte: Produção própria com dados da WITS e da Câmara Internacional de negócios

¹ WITS não apresentou categorias comercializadas para estes países

Os dados da Tabela 3 mostram que, apesar de ter tido uma melhora considerável nos últimos dois anos, o Brasil ainda é um dos países mais fechados do mundo, apresentando muitas oportunidades de melhorias. Entre os 10 principais parceiros comerciais em relação às importações brasileiras no ano de 2021, apenas a Argentina possui um acordo de livre comércio com o Brasil através do Mercosul. Os demais países têm tarifas em 193 das 203 categorias de produtos listadas pelo WITS, o que aumenta os custos para que os brasileiros importem destes países e reduz a quantidade de importações.

Tabela 4 – Total de exportações em 2021 dos 10 principais parceiros comerciais do Brasil

País	Exportações Totais em 2021 (US\$)
China	3.363.959.000.000
Estados Unidos	1.754.578.000.000
Argentina	77.935.000.000
Alemanha	1.631.818.000.000
Índia	395.408.000.000
Rússia	494.025.000.000
Itália	610.285.000.000
Japão	756.032.000.000
Coreia do Sul	644.400.000.000
França	585.036.000.000

Fonte: Produção própria com dados da base de dados do Banco Mundial

Quando comparamos os dados da Tabela 3 com os da Tabela 4, o país que mais chama a atenção é a Argentina. O país teve 5 vezes menos exportações que o segundo menor exportador da lista, a Índia, e 14,6 vezes menos importações do que a média dos demais países listados. Mesmo não tendo o potencial de exportador que os demais da lista dos 10 que mais exportaram para o Brasil em 2021, o país ficou em terceiro na lista e foi o segundo entre estes 10 países na quantidade de categorias comercializadas com o Brasil. Isto torna evidente o potencial que um acordo de livre comércio tem de gerar impacto nas importações brasileiras e como o Brasil ainda tem muita oportunidade de melhoria na questão de abertura comercial.

3.3 RELAÇÃO ENTRE POBREZA E COMÉRCIO INTERNACIONAL

Após uma análise de cada indicador separadamente, é necessário entender a relação entre eles para checar se a abertura comercial de fato impacta a pobreza. Para isso, foram obtidos 206 dados de percentual de pobreza e de percentual de abertura comercial em 79 países entre 2015 e 2019, que são os anos mais recentes em que estes dados estão disponíveis na base de dados do Banco Mundial. Para Pobreza, foi considerado o percentual de pessoas com renda até U\$ 3,20 – considerando paridade do poder de compra de 2011 – em relação a população total do país no ano e para Abertura Comercial foi considerado o percentual que Importações e Exportações representaram do Produto Interno Bruto (PIB) do país no ano. Os dados obtidos são observados na Tabela 5, apresentada no Apêndice 1.

Através dos dados da Tabela 5 foi calculada a correlação entre os dois indicadores e obtido o valor de -0,085. Isso quer dizer que o aumento na abertura comercial de um país gera uma pequena queda na pobreza, visto que a correlação entre as duas variáveis é fraca. Para entender um pouco melhor o efeito que a alteração em 1% da abertura comercial tem em relação a pobreza, foi feita uma regressão linear simples, considerando a variável “X” como o percentual de abertura comercial e a variável “Y” como o percentual de pessoas pobres em um país, e obtida a seguinte fórmula:

Equação 1 – Regressão linear da pobreza em função da abertura comercial

$$\hat{Y} = -0,0405X + 14,99$$

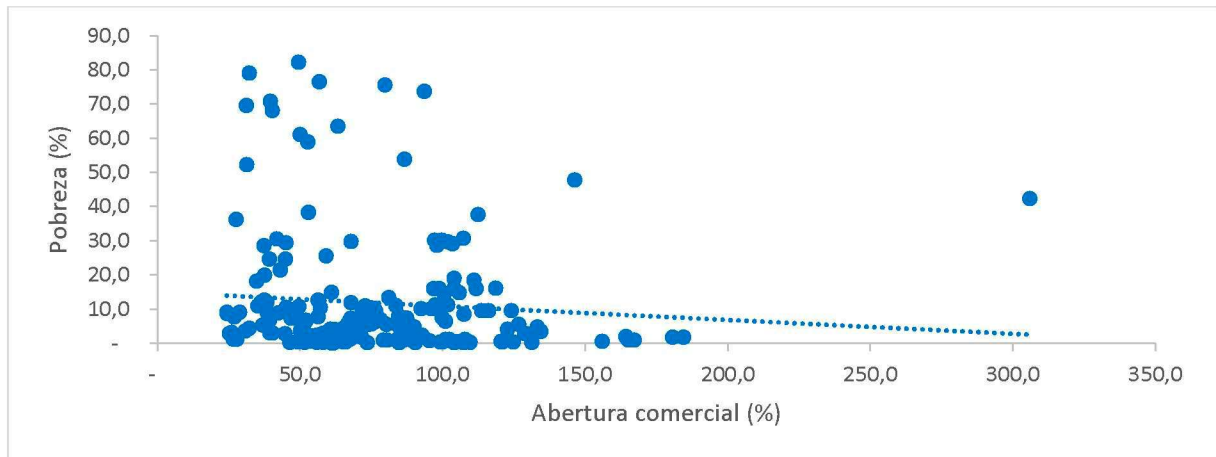
$$p\text{-valor} = (0,2236) \quad (0,0000)$$

$$R^2=0,007251 \quad SQR_1=61194,4 \quad gl=205$$

Em uma análise dos coeficientes dessa regressão, vê-se que o intercepto, ou seja, o nível de pobreza do país caso não haja abertura comercial é de 14,99%. Já o coeficiente angular, representa que a cada aumento de 1 ponto percentual na abertura comercial, teremos uma queda de 0,0405 pontos percentuais na pobreza. No entanto, é necessário entender se o resultado da correlação é significativo, ou seja, entender a possibilidade de que esse resultado seja apenas o de uma combinação aleatória de

números e, assim, se deve ser rejeitada a hipótese que a correlação entre os dois itens é 0.

Gráfico 2 – Regressão linear da pobreza em função da abertura comercial entre 2015 e 2019



Fonte: Autoria própria com dados do Banco Mundial

Para confirmar a existência desta correlação, foi feito um teste t de Student, que apresentou que a correlação possui significância a um fator de 0,3 em uma análise bicaudal, o que indica de que a hipótese de que a correlação entre estes dois indicadores seja 0 tem probabilidade de 30%. Como para análises estatísticas, este nível de erro é considerado alto, visto que geralmente são utilizados níveis de significância de 0,05 ou mais baixos, não podemos rejeitar a hipótese de que a correlação seja 0.

O resultado obtido, de uma correlação negativa, fraca e não significativa, se deve principalmente pela existência de outros fatores relevantes na determinação da pobreza de um país, ou seja, que a pobreza não pode ser medida apenas em função da abertura comercial. Desta forma, foram levantados mais alguns indicadores que são relevantes para a determinação da pobreza e construída a Tabela 6, apresentada no Apêndice 2, para a análise destes fatores através de uma regressão múltipla.

Através destes novos dados foi elaborada uma segunda regressão, desta vez múltipla, considerando também o efeito de outras variáveis relevantes no indicador: o PIB per capita, considerando a sua paridade no poder de compra no nível atual, e a densidade populacional de cada país. Desta forma, “Y” equivale ao Percentual de

Pobreza, “X₁” a abertura comercial, “X₂” ao PIB per Capita e “X₃” a Densidade Populacional. Com essas informações chega-se na seguinte fórmula:

Equação 2 – Regressão múltipla da pobreza em função da abertura comercial, do PIB per capita e da densidade demográfica

$$\hat{Y} = 26,09 - 0,03X_1 - 0,0007X_2 + 0,015X_3$$

$$p\text{-valor} = (0,0000) (0,2802) (0,0000) (0,0762)$$

$$R^2=0,31636 \quad SQR_1=61194,4 \quad gl=205$$

É possível observar que o coeficiente de “X₁”, é negativo, mostrando que quanto maior for a abertura comercial, menor será a pobreza. Nesta fórmula, o coeficiente de “X₁” ficou em -0,03, indicando que para cada 1% de aumento de abertura comercial teremos uma queda em 0,03% na pobreza. Ao observar as outras duas variáveis, é possível concluir dois pontos: seus coeficientes são valores muito próximos a zero por estarmos comparando valores brutos com percentuais e que o sinal de ambos os coeficientes seguiu o padrão esperado, uma vez que um país com mais riquezas tende a ter menor pobreza e um país com mais habitantes por m² tende a ter maior pobreza por conta de a terra ser um limite produtivo. No entanto é possível perceber que os coeficientes das variáveis “X₂” e “X₃” são significantes através dos p-valores apresentados para a regressão. Desta forma, também não é possível descartar a hipótese de que o coeficiente “X₁” é nulo.

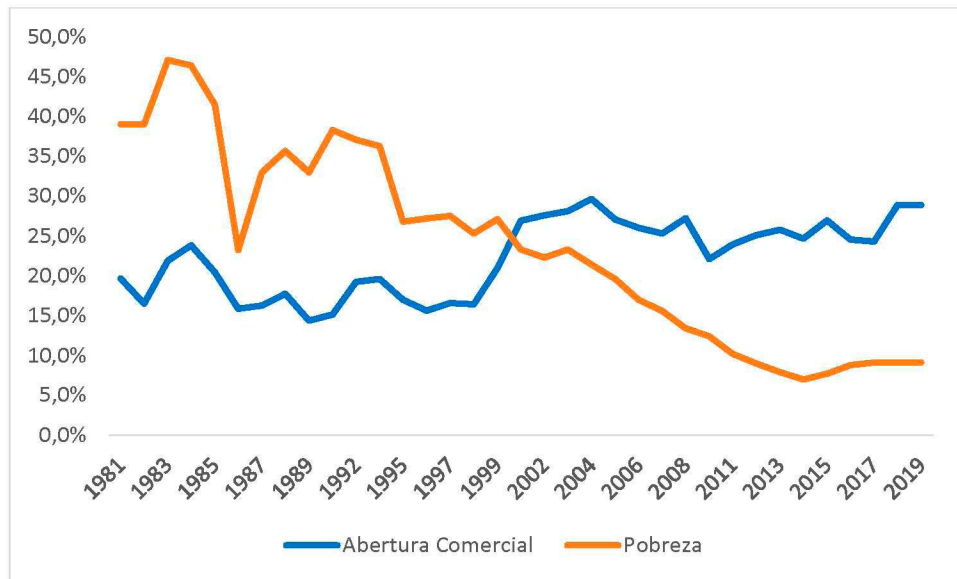
3.4 ABERTURA COMERCIAL E POBREZA NO BRASIL

Os estudos empíricos sobre os efeitos da abertura comercial e a pobreza indicam que cada país, de acordo com sua estrutura, tem resultados diferentes do processo de abertura comercial, desta forma, é importante avaliar os efeitos da abertura no Brasil. Como foi apresentado em tópicos anteriores, o Brasil ainda possui um alto indicador de pobreza, assim como uma baixa abertura comercial. Apesar disso, o país já passou anteriormente por um processo de abertura comercial durante o governo Collor, o qual será discutido como complemento dos dados apresentados.

Como pode-se observar no Gráfico 3, o Brasil está em tendência de queda da pobreza desde os anos 1980. No entanto, vê-se que há um aumento no percentual de pobreza no país no governo Collor, no qual o indicador vai de 33% em 1989 para 38%

em 1990. Uma das justificativas para tal aumento é de que os pobres são mais vulneráveis a estas alterações econômicas e podem ser afetados desproporcionalmente pelos custos da adaptação a esta política, como aponta Winters (2002).

Gráfico 3 – A evolução da abertura comercial e da pobreza no Brasil entre 1981 e 2019



Fonte: Autoria própria com dados do Banco Mundial

No longo prazo, o efeito da abertura comercial mostrado pelo gráfico 3 é positivo, especialmente após o grande aumento das transações internacionais entre 1998, ano em que o Brasil teve um indicador de abertura comercial de 16,4% do PIB, e 2001, ano no qual o indicador foi de 26,9%. A redução da pobreza após 2001 tem como causa principal a criação de programas sociais, como o Programa Social da Renda Mínima, do governo de Fernando Henrique Cardoso, criado em 2001, e o Bolsa Família, do governo de Luís Inácio Lula da Silva, criado em 2003. Porém, pode-se argumentar que a criação de tais programas só foi possível pelo incremento da receita do governo, gerada pelo aumento das transações internacionais e da maior circulação de produtos no Brasil, que é um dos cinco aspectos levantados por Bannister e Thugge (2001) de como a abertura comercial influencia a pobreza em um país.

Além disso, como citado anteriormente, Moreira e Correa (1996), abordam sobre outros três fatores entre os cinco citados da relação entre a abertura comercial e pobreza: preços e disponibilidade de produtos; salário dos trabalhadores; e

investimento. Apesar da análise feita pelos autores ser de um aspecto geral da economia brasileira, eles também trazem alguns indicadores que dão justificativas à queda expressiva na pobreza observada no Gráfico 3 a partir de 1993. Os autores indicam uma queda de 39,7% de queda dos preços industriais, medido através da média do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) Industrial entre os anos de 1990 e 1995, marcados, respectivamente, como o início da abertura comercial e o primeiro ano após a aplicação de todas as medidas de abertura. Na questão de salários, os autores avaliaram o custo unitário da mão de obra, medida através da variação dos salários em dólar, descontada da variação da produtividade do trabalho. Tal indicador acumulou uma alta de 30% entre 1992 e 1995, mesmo com a alta variação da produtividade do trabalho, indicada até como superestimada pelos autores. Em relação ao investimento, os autores mostram que o investimento estrangeiro passou de 608 milhões de dólares em 1989 para 7,07 bilhões de dólares em 1993, gerando maior fluxo de dinheiro e, conseqüentemente, incentivando o crescimento econômico do país. Ao trazer este dado junto ao estudo de Dollar e Kraay (2001) de que o crescimento econômico de um país é proporcional ao crescimento econômico dos 20% mais pobres deste país, vê-se que o investimento atraído com a abertura comercial brasileira também foi um dos aspectos que contribuiu para a redução da pobreza no país.

Moreira e Correa (1996) também trazem alguns fatores que, ao serem analisados juntamente aos dados do Gráfico 3, pode-se concluir que contribuíram para o aumento da pobreza no curto prazo. O primeiro fator levantado é que para a atração de novos investidores e para beneficiar exportações o governo brasileiro tomou algumas medidas para a desvalorização cambial no período e, mesmo com a tendência de valorização cambial pela forte entrada de capital, a taxa de câmbio em 1995 era mais baixa que antes da abertura. Isso afeta o indicador de pobreza, visto que a população pobre é medida pelo Banco Mundial através de um valor em dólar, e com a desvalorização cambial mais pessoas ficaram com renda inferior ao limite considerado pela organização. Outro ponto levantado pelos autores é referente a produtividade industrial, que teve um aumento exigido pelo contexto macroeconômico de taxas negativas de crescimento e elevadas taxas de inflação, foi puxada pelo corte de custos. Custos os quais incluem a demissão de funcionários, o que também contribuiu para o incremento no nível de pobreza nos primeiros anos após a abertura comercial.

Para obter dados mais conclusivos em relação aos efeitos da abertura comercial no Brasil, mediu-se a correlação entre os indicadores de pobreza e abertura comercial apresentados no Gráfico 3, da mesma forma que no tópico anterior, porém com dados apenas do país. Chega-se à correlação de -0,604, que é uma correlação também negativa e bem mais forte que a encontrada com dados ao redor do mundo. Ao fazer o teste t de Student para verificar se a correlação possui significância, encontra-se significância a nível de 0,05 e, conseqüentemente, pode-se rejeitar a hipótese de que a correlação entre os dois fatores seja nula. Também foi feita a regressão linear destes dados, na qual encontrou-se a seguinte fórmula:

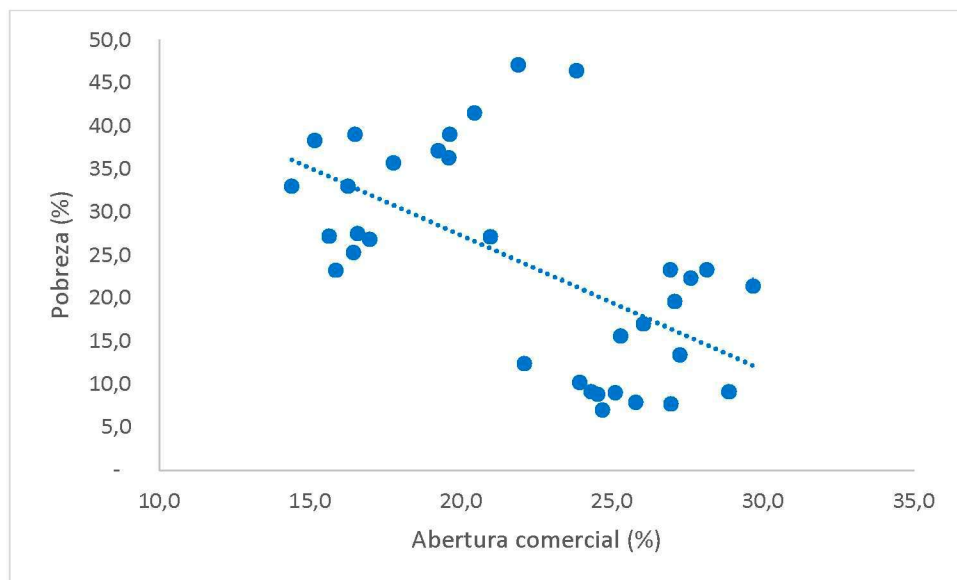
Equação 3 – Regressão linear da pobreza em função da abertura comercial no Brasil

$$\hat{Y} = -1,5642X + 58,59$$

$$p\text{-valor} = (0,0001) (0,0000)$$

$$R^2=0,3644 \text{ SQR}_1=5180,02 \text{ gl}=34$$

Gráfico 4 – Regressão linear da pobreza em função da abertura comercial no Brasil entre 1981 e 2019



Fonte: Autoria própria com dados do Banco Mundial

Com a regressão da Equação 3, vê-se que o efeito da abertura comercial no Brasil na pobreza é de que a cada 1 ponto percentual que se aumentar a abertura comercial a pobreza reduzirá em 1,5642 pontos percentuais, o que demonstra que a abertura comercial seria uma medida muito eficiente de combate à pobreza no país,

o que pode ser observado na curva de tendência do Gráfico 4. Além disso, o p-valor da variável “X” mostra que o coeficiente possui significância estatística, ou seja, pode-se descartar a hipótese de que a influência da abertura comercial no Brasil é nula.

4 CONCLUSÕES

As análises feitas da relação entre os indicadores de pobreza e de comércio indicam que a abertura comercial tem um impacto negativo na taxa de pobreza, ajudando a reduzir este mal social. Apesar de existirem outras ferramentas de combate a pobreza, o que justifica o fato da correlação entre os dois fatores ter sido baixa a nível mundial, quando os fatores específicos de cada país são deixados de lado, como aconteceu na análise realizada apenas com os dados do Brasil, a correlação entre os fatores é mais forte e significativa.

No entanto, é necessário separar os efeitos de curto e longo prazo de tal medida, uma vez que a população mais pobre é mais vulnerável a mudanças econômicas e, em algumas situações, pode absorver os custos de transação de maneira desproporcional. Isso ficou evidente nos primeiros anos de abertura comercial do governo Collor, nos quais o percentual de pessoas pobres em relação ao percentual da população aumentou significativamente. Além disso, foi possível observar no artigo de Moreira e Correa (1996) que dois dos cinco fatores de uma abertura comercial que afetam a pobreza, identificados por Bannister e Thugge (2001), tiveram impactos iniciais negativos no país. Em relação aos salários dos trabalhadores brasileiros, eles terminam o período de estudo com um aumento em relação a taxa de aumento de produtividade, porém até o ano de 1992, os salários estavam com variações inferiores às da taxa de produtividade do trabalho, gerando uma perda no salário real destes trabalhadores. Outro ponto apontado foi a vulnerabilidade aos choques externos, que fez com que o brasileiro tivesse uma renda em dólar menor do que possuía anteriormente, visto a desvalorização da moeda brasileira nos primeiros anos da abertura. Outro custo da adaptação a abertura comercial no Brasil é observado por Dix-Carneiro, que mostra uma redução no emprego formal e seus salários, porém um aumento no emprego informal.

No médio e longo prazo os efeitos foram positivos, o que pode ser observado tanto nos dados da taxa de pobreza, quanto em alguns dos indicadores apontados por Moreira e Correa (1996). Pode-se observar no Gráfico 3 que há uma queda brusca, de 9,5% na taxa de pobreza entre os anos de 1993 e 1995, além disso, a taxa de pobreza continua com tendência de queda até os dias atuais. Já nos indicadores apontados pelos autores, é possível identificar que três dos cinco fatores em que a abertura comercial afeta a pobreza tiveram impactos positivos após um período de

adaptação da política adotada. Eles mostram que os preços industriais tiveram quedas, os salários tiveram uma variação superior a variação da produtividade e ocorreu um aumento expressivo nos investimentos externos no país.

Os efeitos positivos da abertura comercial na economia brasileira também permitiram a criação de programas sociais, principalmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Tais programas tem sua eficiência comprovada no Gráfico 3, no qual é evidente a queda progressiva do indicador de pobreza a partir do ano de 2001, no qual foi estabelecido o Programa Social da Renda Mínima.

A partir de todos os dados apresentados é possível dizer que a abertura comercial pode ser utilizada como uma ferramenta de combate a pobreza no Brasil, visto que, o crescimento econômico gerado por tal política gera um impacto positivo em diversos fatores que afetam a pobreza. No entanto tal política deve ser acompanhada de outras medidas para garantir um período de adaptação à esta política menos crítica para os mais pobres. Além disso, o investimento dos ganhos obtidos pela abertura em programas sociais também deve ser feito, visto que tal investimento alavanca os benefícios para a classe baixa.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **Data bank: poverty and equity**. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/poverty-and-equity#>>. Acesso em 23 de julho de 2022
- BANCO MUNDIAL. **Data bank: World development indicators**. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>>. Acesso em 23 de julho de 2022
- BANCO MUNDIAL. **Gini index: World Bank estimate**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?most_recent_value_desc=true>. Acesso em 24 de agosto de 2021
- BANNISTER, G. J. e THUGGE, K. **International trade and poverty alleviation**. IMF Working Paper, maio de 2001.
- CÂMARA INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS. **Balança comercial: veja ranking dos principais parceiros do Brasil em 2021**. Disponível em: <<https://cinbr.com.br/noticia/202/balanaa-comercial-veja-ranking-dos-principais-parceiros-do-brasil-em-2021>>. Acesso em: 09 de agosto de 2022
- DIX-CARNEIRO, R. e KOVAK, B. K. **Trade liberalization and regional dynamics**. American Economic Review, 2017
- DOLLAR, D. e KRAAY, A. **Growth is good for the poor**. Policy Research Working Paper, abril de 2001.
- FEENSTRA, R. C. e HANSON, G. H. **Foreign investment, outsourcing and relative wages**. Economy of Trade Policy: Papers in Honor of Jagdish Bhagwati, 1996.
- GAUTERIO, L. W. **Comércio internacional, pobreza e desigualdade de renda: uma análise para os municípios brasileiros de 2000 a 2010**. 2015. 62 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- GOLDBERG, P. K., e PAVCNİK, N. **Distributional effects of globalization in developing countries**. Journal of Economic Literature, março de 2007.
- HARRISON, A., MCLAREN, J. e MCMILLAN, M. S. **Recent findings on trade and inequality**. NBER Working Paper Series, setembro de 2010.
- HARRISON, A. e HANSON, G. H. **Trade liberalization and wage inequality in Mexico**. Industrial and Labor Relations Review, 1999.
- KRUGMAN, P. R., OBSTFELDT, M. e MELITZ, M. J. **International economics: theory & policy**. 9 ed. 2012

MOREIRA, M. M. e CORREA, P. G. **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo.** BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, outubro de 1996

SCHMIDT, R. F., ESTEVES, L. A. e BITTENCOURT, M. **Criação, destruição e realocação de empregos em países selecionados: uma meta-análise.** Nova Economia, Belo Horizonte, abril de 2013

TOPALOVA, P. **Trade liberalization, poverty, and inequality: evidence from indian districts.** National Bureau of Economic Research, março de 2007

WINTERS, A. L. **Trade liberalisation and poverty: what are the links?** Blackwell Publishers Ltd, 2002.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION. **Data on export, import, tariff, NTM.** Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/tariff/trains/en/country/BRA>>. Acesso em 09 de agosto de 2022

APÊNDICE 1 – TABELA BASE PARA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

Tabela 5 – Abertura Comercial e Pobreza

Ano	País	Abertura comercial (%)	Pobreza (%)
2015	Albania	71,8	6,9
2015	Armenia	71,7	10,3
2015	Austria	102,4	1,2
2015	Benin	56,8	76,6
2015	Bolivia	67,9	12,0
2015	Botswana	112,5	37,7
2015	Brazil	27,0	7,7
2015	Bulgaria	126,7	5,6
2015	Cabo Verde	104,1	19,1
2015	Canada	66,2	0,6
2015	Chile	59,3	1,1
2015	China	39,5	7,0
2015	Colombia	38,4	12,0
2015	Costa Rica	60,8	4,1
2015	Cote d'Ivoire	52,7	59,0
2015	Croatia	91,4	2,4
2015	Dominican Republic	52,2	6,8
2015	Ecuador	45,2	9,3
2015	Egypt, Arab Rep.	34,8	18,2
2015	El Salvador	76,6	9,5
2015	Ethiopia	39,7	70,8
2015	France	61,8	0,2
2015	Gambia, The	52,9	38,4
2015	Georgia	98,8	16,1
2015	Greece	65,3	2,8
2015	Honduras	107,3	30,7
2015	Hungary	167,3	1,0
2015	Indonesia	41,9	30,5
2015	Iran, Islamic Rep.	39,4	3,2
2015	Italy	56,4	2,5
2015	Kazakhstan	53,0	0,6
2015	Kenya	40,3	68,1
2015	Kosovo	74,0	5,6
2015	Kyrgyz Republic	111,0	18,5
2015	Malaysia	131,4	0,3
2015	Myanmar	44,9	24,7
2015	Namibia	97,2	30,2
2015	North Macedonia	113,7	9,6
2015	Pakistan	27,7	36,3

2015	Panama	99,9	7,6
2015	Paraguay	66,9	6,0
2015	Peru	45,2	10,5
2015	Philippines	59,1	25,7
2015	Poland	95,4	0,8
2015	Portugal	80,5	1,0
2015	Romania	83,6	11,1
2015	Russian Federation	49,4	0,4
2015	Serbia	97,4	11,3
2015	Slovak Republic	180,7	1,8
2015	Spain	64,2	1,5
2015	Sweden	83,7	1,0
2015	Thailand	124,8	0,4
2015	Togo	93,7	73,7
2015	Tunisia	87,2	2,7
2015	Ukraine	107,8	0,4
2015	United Kingdom	55,9	0,3
2015	United States	27,8	1,2
2015	Zambia	79,9	75,6
2016	Albania	74,8	10,4
2016	Argentina	26,1	3,2
2016	Armenia	76,1	10,2
2016	Austria	101,0	1,1
2016	Bangladesh	31,3	52,3
2016	Bolivia	56,4	12,7
2016	Brazil	24,5	8,8
2016	Bulgaria	122,8	4,2
2016	Canada	65,4	0,6
2016	China	36,9	5,4
2016	Colombia	36,2	11,8
2016	Costa Rica	62,2	4,1
2016	Croatia	92,9	2,4
2016	Dominican Republic	51,6	5,8
2016	Ecuador	38,5	9,1
2016	El Salvador	72,8	11,0
2016	Eswatini	86,7	53,9
2016	France	61,1	0,1
2016	Georgia	96,8	16,1
2016	Germany	84,8	0,2
2016	Ghana	67,9	29,8
2016	Greece	64,0	1,9
2016	Honduras	99,8	30,2
2016	Hungary	164,4	2,0
2016	Indonesia	37,4	28,6
2016	Iran, Islamic Rep.	40,4	3,0

2016	Israel	58,5	1,2
2016	Italy	55,4	2,3
2016	Kazakhstan	60,3	0,6
2016	Korea, Rep.	73,6	0,2
2016	Kosovo	75,0	5,6
2016	Kyrgyz Republic	105,8	14,8
2016	Lithuania	134,5	3,5
2016	Mexico	76,1	7,8
2016	Mongolia	101,1	6,5
2016	North Macedonia	116,2	9,6
2016	Panama	87,4	7,4
2016	Paraguay	67,8	7,4
2016	Peru	45,4	10,0
2016	Poland	100,1	0,5
2016	Portugal	79,3	1,0
2016	Romania	84,6	8,1
2016	Russian Federation	46,5	0,3
2016	Rwanda	49,5	82,3
2016	Serbia	101,9	11,3
2016	Slovak Republic	184,6	1,8
2016	Spain	63,8	1,7
2016	Sri Lanka	49,6	10,8
2016	Thailand	120,6	0,6
2016	Uganda	31,2	69,6
2016	Ukraine	105,5	0,4
2016	United Kingdom	58,1	0,3
2016	United States	26,6	1,2
2016	West Bank and Gaza	65,4	4,6
2017	Albania	78,2	7,0
2017	Argentina	25,3	3,0
2017	Armenia	87,2	6,8
2017	Bhutan	81,2	13,4
2017	Bolivia	56,7	12,5
2017	Brazil	24,3	9,1
2017	Bulgaria	129,7	2,8
2017	Canada	65,1	0,5
2017	Chile	56,0	0,5
2017	Colombia	35,3	11,0
2017	Costa Rica	65,1	2,0
2017	Djibouti	306,0	42,4
2017	Dominican Republic	50,2	3,8
2017	Ecuador	42,4	8,9
2017	Egypt, Arab Rep.	45,1	29,4
2017	El Salvador	74,3	9,4
2017	Gabon	75,1	9,7

2017	Georgia	104,0	16,1
2017	Greece	71,6	1,9
2017	Honduras	101,8	29,7
2017	Hungary	165,2	1,0
2017	Indonesia	39,4	24,6
2017	Iran, Islamic Rep.	44,7	2,9
2017	Italy	58,6	1,8
2017	Kazakhstan	56,8	0,6
2017	Kosovo	80,4	5,6
2017	Kyrgyz Republic	100,6	14,5
2017	Lesotho	146,4	47,8
2017	Myanmar	61,0	15,0
2017	Netherlands	156,0	0,6
2017	North Macedonia	124,1	9,6
2017	Panama	87,4	7,3
2017	Paraguay	71,5	4,4
2017	Peru	47,5	9,9
2017	Poland	104,6	0,5
2017	Portugal	84,4	1,0
2017	Romania	86,5	6,1
2017	Russian Federation	46,9	0,4
2017	Serbia	107,5	8,5
2017	Spain	66,7	1,1
2017	Tanzania	32,2	79,0
2017	Thailand	120,9	0,4
2017	Ukraine	104,0	0,2
2017	United Kingdom	61,4	0,5
2017	United States	27,2	1,5
2017	Zimbabwe	50,0	61,1
2018	Argentina	30,8	3,6
2018	Armenia	92,5	10,2
2018	Austria	107,9	1,1
2018	Bolivia	57,1	10,6
2018	Brazil	28,9	9,1
2018	Bulgaria	128,9	2,8
2018	Colombia	36,5	11,1
2018	Costa Rica	66,9	4,0
2018	Dominican Republic	52,1	2,8
2018	Ecuador	46,4	10,0
2018	El Salvador	75,6	7,8
2018	Georgia	111,8	16,1
2018	Honduras	103,6	29,2
2018	Indonesia	43,1	21,5
2018	Iran, Islamic Rep.	58,4	3,1
2018	Kyrgyz Republic	98,9	11,1

2018	North Macedonia	133,2	4,8
2018	Panama	90,0	4,8
2018	Paraguay	72,5	5,8
2018	Peru	48,6	8,4
2018	Poland	107,4	0,3
2018	Portugal	86,4	1,0
2018	Romania	87,1	5,1
2018	Russian Federation	51,6	0,3
2018	Spain	67,6	1,3
2018	Sweden	89,1	1,0
2018	Thailand	120,8	0,6
2018	Ukraine	99,2	0,4
2018	United States	27,6	1,3
2019	Argentina	32,2	4,5
2019	Armenia	96,1	10,1
2019	Bolivia	56,4	7,8
2019	Brazil	28,9	9,1
2019	Colombia	37,6	12,7
2019	Costa Rica	65,8	4,0
2019	Dominican Republic	51,0	2,8
2019	Ecuador	46,1	9,8
2019	El Salvador	76,0	6,2
2019	Georgia	118,6	16,1
2019	Honduras	98,0	28,7
2019	Indonesia	37,6	20,0
2019	Kyrgyz Republic	99,4	9,3
2019	Panama	85,0	4,7
2019	Paraguay	71,3	4,3
2019	Peru	46,9	7,4
2019	Thailand	109,7	0,3
2019	Ukraine	90,5	0,2
2019	Zimbabwe	63,3	63,5

Fonte: Produção própria com dados da base de dados do Banco Mundial

APÊNDICE 2 – TABELA BASE PARA REGRESSÃO MÚLTIPLA

Tabela 6 – Abertura Comercial, Pobreza, PIB per Capita e Densidade Demográfica

Ano	Pais	Pobreza (%)	Abertura comercial (%)	PIB per capita (US\$)	Habitantes por Km ²
2015	Albania	6,9	71,8	11.658,91	100,21
2015	Armenia	10,3	71,7	9.969,66	98,17
2015	Austria	1,2	102,4	49.865,90	103,07
2015	Benin	76,6	56,8	2.886,83	93,91
2015	Bolivia	12,0	67,9	7.133,87	9,89
2015	Botswana	37,7	112,5	14.639,56	3,65
2015	Brazil	7,7	27,0	14.744,11	24,03
2015	Bulgaria	5,6	126,7	18.391,93	64,72
2015	Cabo Verde	19,1	104,1	5.994,41	130,11
2015	Canada	0,6	66,2	44.670,08	3,58
2015	Chile	1,1	59,3	22.566,18	23,74
2015	China	7,0	39,5	12.897,50	142,88
2015	Colombia	12,0	38,4	13.265,80	41,72
2015	Costa Rica	4,1	60,8	17.090,80	94,87
2015	Cote d'Ivoire	59,0	52,7	4.652,89	72,03
2015	Croatia	2,4	91,4	23.301,27	74,35
2015	Dominican Republic	6,8	52,2	14.740,83	210,98
2015	Ecuador	9,3	45,2	11.060,29	57,17
2015	Egypt, Arab Rep.	18,2	34,8	11.512,40	92,35
2015	El Salvador	9,5	76,6	7.597,69	300,61
2015	Ethiopia	70,8	39,7	1.657,34	91,31
2015	France	0,2	61,8	40.850,00	120,67
2015	Gambia, The	38,4	52,9	2.066,86	184,67
2015	Georgia	16,1	98,8	12.089,17	53,45
2015	Greece	2,8	65,3	26.760,36	81,98
2015	Honduras	30,7	107,3	4.823,40	81,30
2015	Hungary	1,0	167,3	26.806,60	105,80
2015	Indonesia	30,5	41,9	10.247,21	135,66
2015	Iran, Islamic Rep.	3,2	39,4	14.409,58	48,19
2015	Italy	2,5	56,4	36.899,39	201,54
2015	Kazakhstan	0,6	53,0	23.224,12	6,44
2015	Kenya	68,1	40,3	3.683,04	82,50
2015	Kosovo	5,6	74,0	9.357,14	164,25
2015	Kyrgyz Republic	18,5	111,0	4.214,83	29,79
2015	Malaysia	0,3	131,4	24.801,89	91,51
2015	Myanmar	24,7	44,9	4.105,44	77,86
2015	Namibia	30,2	97,2	10.633,29	2,81
2015	North Macedonia	9,6	113,7	13.888,30	80,87
2015	Pakistan	36,3	27,7	4.921,89	226,56

2015	Panama	7,6	99,9	25.319,22	52,55
2015	Paraguay	6,0	66,9	11.486,52	16,44
2015	Peru	10,5	45,2	11.572,32	23,71
2015	Philippines	25,7	59,1	7.186,77	340,38
2015	Poland	0,8	95,4	26.862,05	121,48
2015	Portugal	1,0	80,5	29.660,90	112,40
2015	Romania	11,1	83,6	21.605,84	83,12
2015	Russian Federation	0,4	49,4	24.085,32	8,43
2015	Serbia	11,3	97,4	14.928,47	80,30
2015	Slovak Republic	1,8	180,7	29.964,89	110,61
2015	Spain	1,5	64,2	34.903,13	92,01
2015	Sweden	1,0	83,7	49.103,13	21,76
2015	Thailand	0,4	124,8	15.822,37	133,92
2015	Togo	73,7	93,7	1.397,33	128,96
2015	Tunisia	2,7	87,2	10.825,10	68,33
2015	Ukraine	0,4	107,8	10.164,33	78,31
2015	United Kingdom	0,3	55,9	42.912,88	268,50
2015	United States	1,2	27,8	56.762,73	34,25
2015	Zambia	75,6	79,9	3.430,40	21,10
2016	Albania	10,4	74,8	12.078,84	100,05
2016	Argentina	3,2	26,1	20.307,87	15,68
2016	Armenia	10,2	76,1	10.704,23	98,53
2016	Austria	1,1	101,0	52.684,02	104,19
2016	Bangladesh	52,3	31,3	4.610,72	1097,08
2016	Bolivia	12,7	56,4	7.499,77	10,04
2016	Brazil	8,8	24,5	14.256,16	24,23
2016	Bulgaria	4,2	122,8	20.074,36	64,27
2016	Canada	0,6	65,4	46.472,34	3,62
2016	China	5,4	36,9	13.483,38	143,66
2016	Colombia	11,8	36,2	13.812,10	42,30
2016	Costa Rica	4,1	62,2	19.075,00	95,88
2016	Croatia	2,4	92,9	25.210,98	73,83
2016	Dominican Republic	5,8	51,6	16.109,86	213,36
2016	Ecuador	9,1	38,5	11.034,27	58,16
2016	El Salvador	11,0	72,8	8.038,63	302,08
2016	Eswatini	53,9	86,7	8.705,84	64,16
2016	France	0,1	61,1	42.924,61	120,99
2016	Georgia	16,1	96,8	12.858,48	53,48
2016	Germany	0,2	84,8	50.579,68	230,84
2016	Ghana	29,8	67,9	4.992,73	119,40
2016	Greece	1,9	64,0	27.511,80	81,64
2016	Honduras	30,2	99,8	5.147,25	82,71
2016	Hungary	2,0	164,4	27.947,64	105,49
2016	Indonesia	28,6	37,4	10.494,47	137,33
2016	Iran, Islamic Rep.	3,0	40,4	15.351,45	48,85

2016	Israel	1,2	58,5	37.843,19	411,46
2016	Italy	2,3	55,4	39.926,95	201,19
2016	Kazakhstan	0,6	60,3	23.818,82	6,53
2016	Korea, Rep.	0,2	73,6	39.575,45	517,27
2016	Kosovo	5,6	75,0	10.007,69	163,27
2016	Kyrgyz Republic	14,8	105,8	4.681,17	30,40
2016	Lithuania	3,5	134,5	30.925,17	43,92
2016	Mexico	7,8	76,1	19.323,67	62,79
2016	Mongolia	6,5	101,1	10.737,49	1,95
2016	North Macedonia	9,6	116,2	15.138,00	80,92
2016	Panama	7,4	87,4	27.828,56	53,46
2016	Paraguay	7,4	67,8	12.041,72	16,66
2016	Peru	10,0	45,4	12.013,38	24,06
2016	Poland	0,5	100,1	28.322,11	121,43
2016	Portugal	1,0	79,3	31.607,75	112,05
2016	Romania	8,1	84,6	24.271,47	82,65
2016	Russian Federation	0,3	46,5	24.128,09	8,44
2016	Rwanda	82,3	49,5	1.882,46	443,04
2016	Serbia	11,3	101,9	15.858,10	79,88
2016	Slovak Republic	1,8	184,6	29.645,74	110,75
2016	Spain	1,7	63,8	37.286,21	92,09
2016	Sri Lanka	10,8	49,6	12.224,22	323,17
2016	Thailand	0,6	120,6	16.616,20	134,42
2016	Uganda	69,6	31,2	2.092,48	164,49
2016	Ukraine	0,4	105,5	11.148,20	78,05
2016	United Kingdom	0,3	58,1	44.635,30	270,55
2016	United States	1,2	26,6	57.866,74	34,50
2016	West Bank and Gaza	4,6	65,4	6.305,39	725,43
2017	Albania	7,0	78,2	12.770,96	99,95
2017	Argentina	3,0	25,3	23.597,12	15,84
2017	Armenia	6,8	87,2	12.115,14	98,82
2017	Bhutan	13,4	81,2	11.142,47	15,86
2017	Bolivia	12,5	56,7	8.423,70	10,19
2017	Brazil	9,1	24,3	14.524,61	24,42
2017	Bulgaria	2,8	129,7	21.469,95	63,80
2017	Canada	0,5	65,1	48.317,17	3,66
2017	Chile	0,5	56,0	24.411,54	24,40
2017	Colombia	11,0	35,3	14.171,32	42,94
2017	Costa Rica	2,0	65,1	20.347,03	96,87
2017	Djibouti	42,4	306,0	4.904,98	40,69
2017	Dominican Republic	3,8	50,2	16.735,36	215,72
2017	Ecuador	8,9	42,4	11.617,91	59,19
2017	Egypt, Arab Rep.	29,4	45,1	11.014,49	96,34
2017	El Salvador	9,4	74,3	8.454,05	303,60
2017	Gabon	9,7	75,1	15.006,84	7,71

2017	Georgia	16,1	104,0	13.589,71	53,49
2017	Greece	1,9	71,6	28.604,86	81,48
2017	Honduras	29,7	101,8	5.561,99	84,12
2017	Hungary	1,0	165,2	29.501,12	105,21
2017	Indonesia	24,6	39,4	10.935,63	138,96
2017	Iran, Islamic Rep.	2,9	44,7	15.883,39	49,53
2017	Italy	1,8	58,6	41.581,12	200,89
2017	Kazakhstan	0,6	56,8	24.862,97	6,62
2017	Kosovo	5,6	80,4	10.436,17	164,51
2017	Kyrgyz Republic	14,5	100,6	5.046,69	31,00
2017	Lesotho	47,8	146,4	2.668,29	68,90
2017	Myanmar	15,0	61,0	4.224,55	78,90
2017	Netherlands	0,6	156,0	55.088,63	412,52
2017	North Macedonia	9,6	124,1	15.706,44	80,97
2017	Panama	7,3	87,4	30.446,85	54,38
2017	Paraguay	4,4	71,5	12.590,55	16,88
2017	Peru	9,9	47,5	12.506,53	24,47
2017	Poland	0,5	104,6	30.064,50	121,45
2017	Portugal	1,0	84,4	33.044,72	111,78
2017	Romania	6,1	86,5	27.141,90	82,17
2017	Russian Federation	0,4	46,9	25.926,44	8,45
2017	Serbia	8,5	107,5	16.611,02	79,46
2017	Spain	1,1	66,7	39.528,93	92,30
2017	Tanzania	79,0	32,2	2.530,60	57,84
2017	Thailand	0,4	120,9	17.422,95	134,88
2017	Ukraine	0,2	104,0	11.860,56	77,75
2017	United Kingdom	0,5	61,4	46.372,39	272,39
2017	United States	1,5	27,2	59.914,78	34,72
2017	Zimbabwe	61,1	50,0	2.416,05	36,43
2018	Argentina	3,6	30,8	23.290,68	16,00
2018	Armenia	10,2	92,5	13.018,87	99,05
2018	Austria	1,1	107,9	56.960,09	105,43
2018	Bolivia	10,6	57,1	8.862,31	10,33
2018	Brazil	9,1	28,9	15.018,68	24,61
2018	Bulgaria	2,8	128,9	23.016,09	63,34
2018	Colombia	11,1	36,5	15.044,06	43,60
2018	Costa Rica	4,0	66,9	21.319,04	97,84
2018	Dominican Republic	2,8	52,1	18.134,93	218,06
2018	Ecuador	10,0	46,4	11.837,96	60,25
2018	El Salvador	7,8	75,6	8.821,52	305,15
2018	Georgia	16,1	111,8	14.593,92	53,47
2018	Honduras	29,2	103,6	5.816,07	85,54
2018	Indonesia	21,5	43,1	11.643,40	140,54
2018	Iran, Islamic Rep.	3,1	58,4	15.677,43	50,22
2018	Kyrgyz Republic	11,1	98,9	5.255,78	31,62

2018	North Macedonia	4,8	133,2	16.796,27	81,01
2018	Panama	4,8	90,0	31.780,60	55,31
2018	Paraguay	5,8	72,5	13.134,16	17,10
2018	Peru	8,4	48,6	13.086,79	24,89
2018	Poland	0,3	107,4	31.953,04	121,45
2018	Portugal	1,0	86,4	34.928,54	111,60
2018	Romania	5,1	87,1	29.342,04	81,69
2018	Russian Federation	0,3	51,6	28.821,26	8,45
2018	Spain	1,3	67,6	40.696,39	92,71
2018	Sweden	1,0	89,1	53.521,63	22,60
2018	Thailand	0,6	120,8	18.533,96	135,31
2018	Ukraine	0,4	99,2	12.631,66	77,39
2018	United States	1,3	27,6	62.805,25	34,90
2019	Argentina	4,5	32,2	22.997,39	16,16
2019	Armenia	10,1	96,1	14.230,01	99,25
2019	Bolivia	7,8	56,4	9.092,69	10,48
2019	Brazil	9,1	28,9	15.358,09	24,80
2019	Colombia	12,7	37,6	15.673,09	44,20
2019	Costa Rica	4,0	65,8	22.632,44	98,78
2019	Dominican Republic	2,8	51,0	19.190,01	220,36
2019	Ecuador	9,8	46,1	11.850,49	61,27
2019	El Salvador	6,2	76,0	9.146,51	306,71
2019	Georgia	16,1	118,6	15.621,87	53,37
2019	Honduras	28,7	98,0	5.978,27	86,95
2019	Indonesia	20,0	37,6	12.310,63	142,09
2019	Kyrgyz Republic	9,3	99,4	5.480,29	32,29
2019	Panama	4,7	85,0	32.767,19	56,23
2019	Paraguay	4,3	71,3	13.147,96	17,32
2019	Peru	7,4	46,9	13.401,01	25,30
2019	Thailand	0,3	109,7	19.216,84	135,69
2019	Ukraine	0,2	90,5	13.345,38	76,98
2019	Zimbabwe	63,5	63,3	2.408,15	37,48

Fonte: Produção própria com dados da base de dados do Banco Mundial